

## NACIONALISMO, EDUCAÇÃO E CONFLITOS RELIGIOSOS DURANTE O PERÍODO ESTADONOVISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Rodrigo Luis dos Santos\*

**Resumo:** Objetivamos neste artigo analisar os conflitos políticos que envolveram os campos educacionais e religiosos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1937 e 1945, permeados pelo pensamento e discurso nacionalista impetrado pelo regime do Estado Novo. Para tanto, nosso recorte espacial se dará no município de Novo Hamburgo, localizado próximo da capital do estado, Porto Alegre. Novo Hamburgo tem forte presença de imigrantes alemães e, sendo muitos destes de confissão religiosa evangélico-luterana. Nosso laboratório de estudo é a Escola Evangélica Oswaldo Cruz, por ocorrerem neste espaço educacional diversos conflitos, onde os interesses políticos e religiosos se imbricavam diretamente com a conjuntura histórica daquele momento da sociedade mundial e brasileira.

**Palavras-chave:** Nacionalismo. Educação. Conflitos Religiosos. Estado Novo.

## NATIONALISM, EDUCATION AND RELIGIOUS CONFLICTS DURING THE NEW STATE OF RIO GRANDE DO SUL

**Abstract:** We aim to analyze the political conflicts that involved the educational and religious fields in Rio Grande do Sul between 1937 and 1945, permeated by the nationalist thought and discourse of the Estado Novo regime. To do so, our spatial cut will occur in the municipality of Novo Hamburgo, located near the state capital, Porto Alegre. Novo Hamburgo has a strong presence of German immigrants, and many of these are of Evangelical-Lutheran religious denomination. Our laboratory of study is the Evangelical School Oswaldo Cruz, because in this educational space several conflicts occurred, where political and religious interests were directly related to the historical conjuncture of that moment of the world and Brazilian society.

**Keywords:** Nationalism. Education. Religious Conflicts. New State.

---

\* Doutorando em História (bolsista PROSUC/CAPES) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS. Mestre e graduado em História pela mesma instituição. Email: rluis.historia@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nesse trabalho é analisar os conflitos políticos ocorridos no Rio Grande do Sul durante o período do Estado Novo (1937-1945), onde, de um lado, se encontravam as autoridades locais responsável pelo regime político e, de outro, as autoridades do Sínodo Rio-grandense da Igreja Evangélico-luterana.<sup>1</sup> Um dos cenários desses embates foi a Escola da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, que a partir de 1940 recebeu a denominação de Escola Evangélica Oswaldo Cruz.

Além das questões vinculadas com o processo de Nacionalização do Ensino, implementado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, chefiada por José Pereira Coelho de Souza, também pretendemos abarcar os atritos locais, ocorridos entre o prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, e líderes sinodais, com destaque para o pastor Theophil Dietschi, pároco da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, Júlio Aichinger, presidente da comunidade e Siegfried Dietschi, diretor do educandário. Concomitante a isso, o episódio também envolve uma disputa de forças entre o governante hamburguense e as autoridades estaduais de Ensino nas decisões sobre os rumos que a escola deveria seguir. Pretendemos, desse modo, evidenciar o espaço educacional como um campo fortemente político, sobretudo em períodos autoritários, como fora o Estado Novo. Ao mesmo tempo, a análise desses processos relacionais entre educação, política, religião e etnia, através de estudos de caso como o que escolhemos, contribuem para uma perspectiva mais ampla da dinamicidade desse período histórico. Mas, para embasar esses objetivos, são necessárias algumas definições conceituais e historiográficas.

Com o advento da chamada Nova História Política, a partir da década de 1980, a compreensão sobre o processo político e seu desenvolvimento e inserção dentro dos mais diferentes meandros da sociedade, passou por uma importante ressignificação. René Rémond, um dos responsáveis pelas novas perspectivas da História Política, chama a atenção para o antigo caráter deste campo historiográfico, apontando para os objetos que elencamos anteriormente. Dentro de uma nova perspectiva analítica, segundo ele, o historiador deve estar

---

<sup>1</sup> Aqui estamos nos referindo aos membros do Sínodo Rio-grandense, fundado em São Leopoldo no ano de 1886. Este formaria, ao se unir com outros Sínodos, a Federação Sinodal, em 1949, e por fim, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1968. Essa nomenclatura, proposta por Isabel Cristina Arendt em sua Tese de Doutorado, visa não causar confusão de identificação com os protestantes do Sínodo de Missouri, que originou, em 1980, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

mais atento ao fenômeno político, contemplando e analisando de forma mais arguta o mecanismo relacional que se estabelece entre meio social e indivíduo, as escolhas feitas, os comportamentos, as mudanças, permanências e rupturas, os meios utilizados para se aproximar, estabelecer e exercer o poder (1999, p. 58).

A política é o exercício do poder, por meio das relações que se estabelecem, conforme nos indica Pêrsio Santos de Oliveira (2002). A tentativa de obter o poder, de exercê-lo e de consolidá-lo permeiam as ações políticas dos indivíduos e dos grupos sociais. As formas e os níveis de exercício do poder podem variar, conforme vontade ou condições que estão dispostas sobre os indivíduos, embora não sejam elementos estanques, criando uma estrutura fixa, sem possibilidades de ações. Os indivíduos e grupos podem operar com essas condições, as quais são, em muitos momentos, estabelecidas pelos próprios indivíduos. Neste sentido, a política constitui o jogo de interações destes e com estes fatores, visando ao exercício do poder.

Dimensionando o espectro político como algo que interage sistematicamente com os mais diversos âmbitos da sociedade, um dos laços estabelecidos de forma mais consistente se dá com a estrutura religiosa ou confessional. Na concepção que Aline Coutrot e René Rémond (1996) esboçam sobre a relação entre política e religião, as duas possuem uma vinculação indissociável. Quando essa percepção de política se expande, dentro das prerrogativas anteriormente citadas, é perceptível que se entrelaça uma imbricação não apenas conceitual, mas de prática: um elemento necessita do outro. Da mesma forma, os agentes históricos que transitam entre estes dois meios são embasados por elementos constitutivos destes dois segmentos (doutrinário e/ou ideológico), mas os transformam em instrumentos quando necessário, o que vai ao encontro das considerações de Aline Coutrot (1996). O componente religioso possui em sua estrutura uma dinâmica que possibilita encontro e união ou de separação e conflito.

Para compreendermos o Estado Novo no Rio Grande do Sul e a aplicabilidade de suas ações nacionalistas, é importante perceber a relação entre as autoridades estadonovista e as diferentes confissões religiosas instituídas no estado. Os atritos mais significativos ocorreram entre o governo estadual e o Sínodo Rio-grandense. Grande parte deste atrito era causado pelas acusações das autoridades sul-rio-grandenses, afirmando que as lideranças sinodais dificultavam a implementação das medidas de nacionalização, principalmente em seus educandários.

Convém ressaltar que o Estado Novo, dentro de seus objetivos, buscava construir uma identidade nacional, baseada em um sentimento de valorização patriótica, de nacionalismo mais extremo. Cabe destacar que a definição conceitual sobre *nação* e *nacionalismo* não é algo homogêneo. Dentre os principais pesquisadores que se dedicaram a essa temática, percebemos que Eric Hobsbawn, Benedict Anderson e Francesco Rossolillo possuem compreensões semelhantes em determinados aspectos, como a percepção de uma marca *imaginária* e *idealizada*, por parte de diferentes indivíduos ou grupos, para com o ambiente na qual vivem. A ideia de nação se trata de um fenômeno moderno, com maior ênfase a partir dos séculos XVIII e XIX. No século XX, a construção de identidades sociais, políticas e culturais baseadas em uma noção de unidade e coesão, ampliam a força do sentimento de nacionalismo. Sentimento este que foi capitalizado e redimensionado por lideranças políticas que, a partir da década de 1920, assumiram o poder em estados europeus, mas também em outras regiões, como no Japão (embora seja prudente tecer uma análise mais pormenorizada sobre cada um destes estados, levando em conta as características socioculturais próprias de cada país, evitando-se assim generalizações).

Sobre este conceito, nos alicerçamos definição elaborada por Anthony Smith, ao afirmar que se trata de

uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar (...) um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem construir uma “nação real” ou potencial (SMITH, 2006, p. 16).

As décadas de 1930 e 1940 representaram uma tentativa prática de implementar no Brasil, com grande inspiração nos regimes autoritários europeus, a efetivação de uma nação brasileira genuína. Por sua vez, essa nação estava embasada em uma matriz racial que contemplava o indígena, o negro e o branco europeu de origem lusa. Sendo assim, aqueles imigrantes e descendentes de outra origem étnica precisavam ser integrados ao novo contexto de nação que estava sendo construído. Um dos principais historiadores que analisou o processo de constituição dos Estados Nacionais e das representações de nação e nacionalismo, foi o britânico Eric Hobsbawm. Sobre a definição conceitual e prática de nação, é categórico ao afirmar que,

não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação (HOBSBAWM, 2008, p. 19).

Aproximando-se dessa assertiva, na percepção de Benedict Anderson (1989, p. 14), a nação é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Análise semelhante também faz Francesco Rossolillo, ao afirmar que a nação “não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder” (2004, p. 797). Sendo assim, a construção ideológica de nação, como tradição imaginada e inventada, pode ser concebida como um recurso de ideologia política, visando a legitimação do processo histórico de formação do moderno Estado Nacional.

Os três autores citados, compartilham de uma definição muito próxima sobre o sentido de nação como uma construção, embasada, em muitos casos, de uma forte carga ideológica, moldada por aqueles que detém o poder político, cultural e econômico. Não obstante, cabe aqui estabelecer uma conceituação sobre ideologia. Para isso, nos valem das definições de Teun Dijk:

as ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. Isso significa que devem ser adquiridas (aprendidas) e modificadas em contextos sociais, tais como escolas, veículos de comunicação de massa e interações diárias. Muitas vezes, a aprendizagem (das ideologias) não se dá apenas de forma intuitiva, isto é, por inferência do discurso e dos atos dos outros, mas são ensinadas explicitamente em livros, manuais, panfletos, etc., às vezes, inclusive, em forma de uma teoria científica (tal como o materialismo histórico) (DIJK, 1980, p.43).

Percebemos, desta forma, que a construção e implementação de uma ideologia necessita de um aparato, de uma estrutura para que possa se enraizar socialmente. Esse aparato lança mão de utilizar mecanismos culturais, educativos, repressivos, entre outros. Quando vislumbramos o Brasil das décadas de 1930 e 1940, percebemos claramente a utilização destes recursos para a implementação das políticas do Estado Novo. Essa dimensão conceitual permite, por sua vez, o fornecimento de subsídios qualificados para uma apreciação mais crítica sobre nosso objeto de estudo, conforme veremos na sequência deste trabalho.

## EDUCAÇÃO E NACIONALISMO: UMA DUPLA INSEPARÁVEL DURANTE O ESTADO NOVO

Dentro do aparato instrumental constituído para efetivação da ideologia estadonovista, a educação se tornou um dos mais importantes componentes desta política, sobretudo através do processo de nacionalização do ensino, visando, justamente, moldar o cidadão conforme as diretrizes pensadas pelos ideólogos e líderes políticos do novo regime vigente. Helena Bohemy, ao analisar a conjuntura educacional deste período histórico, destaca que, a partir de uma política de estado efetiva sobre a educação, foi possível estabelecer um plano de ação para se colocar em prática a nacionalização do ensino, que já era objeto de discussão há algum tempo. Segundo a pesquisadora,

mencionada e incluída na pauta das discussões e avaliações desde o início do século, a nacionalização do ensino encontrará no Estado Novo o momento decisivo de sua realização. [...] E não é casual que tenha sido assim. O regime autoritário deu à elite dirigente condições de enfrentar o que era considerado um problema desde o início do século. De fato, um cruzamento favoreceu a implementação da política nacionalizadora: de um lado, a disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, a conveniência de uma conjuntura onde todos os esforços de construção ideológica estavam fundados sobre a afirmação da nacionalidade, da construção e consolidação do Estado Nacional. Não havia no projeto nacionalista do Estado Novo espaço para inclusão e aceitação de convivência com fortes e estruturados grupos culturais na regiões de colonização (BOMENY, 1999, p. 152).

No Rio Grande do Sul, em decorrência da promulgação das leis de Nacionalização do Ensino do Rio Grande do Sul, em abril de 1938, a vigilância das autoridades do novo regime político sobre as instituições de ensino de origem imigrante se tornou mais efetiva. Escolas comunitárias, particulares e confessionais se tornaram alvos de incisiva fiscalização e de medidas coercitivas, como estatização ou fechamento. Entre 1938 e 1940, escolas confessionais católicas e evangélico-luteranas sofreram intervenção ou foram fechadas (provisória ou definitivamente). Sobre o que compete às escolas de origem alemã, Coelho de Souza, então secretário de Educação do Rio Grande do Sul, em conferência proferida em 1941, que posteriormente foi publicada em forma de livro, assegurava que as medidas adotadas pelo governo estadual visavam “defender as novas gerações contra a influência da doutrina nazista, veiculada por meio do chamado teuto-brasileirismo (SOUZA, 1941, p. 57).

Coelho de Souza foi um dos principais articuladores e condutores da política de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul. Passados alguns anos após o fim do Estado Novo, ao abordar a questão das ações impetradas, o ex-secretário de Educação afirmou que

O ambiente escolar em que então se formavam as crianças brasileiras descendentes de imigrantes não refletia a nossa pátria, como realidade material e espiritual; antes acusava acentuada tendência a perpetuar os hábitos e a mentalidade estrangeira. A língua, a história, a geografia, a literatura, o folclore, a própria organização interna das instituições de educação, tudo fazia lembrar a terra de origem, tudo cooperava para manter esses brasileiros afastados da comunidade nacional (SOUZA, 1963, p. 281).

O combate ao chamado *isolamento* de grupos imigrantes e seus descendentes, que formavam, segundo as autoridades, *quistos étnicos* no interior da sociedade brasileira, foi tomado como uma *questão de honra* para as autoridades estadonovista no Rio Grande do Sul. Em declaração concedida ao jornal *Correio do Povo*, em março de 1938, poucos dias antes do governo estadual emitir os decretos de regulamentação das medidas para a nacionalização do ensino, Coelho de Souza foi enfático ao afirmar que todas as medidas seriam tomadas para a integração dos *alienígenas*<sup>2</sup> à pátria brasileira. O tom adotado é quase que de ameaça explícita:

a obra de integração das minorias de origem estrangeira em nossa nacionalidade se há de fazer, como é desejo do governo da República e do Estado. Quem nascer no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver. [...] E quem tentar se opor a esta obra patriótica, pode voltar pela porta por onde entrou (CORREIO DO POVO, 27 mar. 1938, p. 3).

De fato, a política nacionalizadora foi conduzida a partir de dois programas básicos: a ação educacional e a adoção de medidas repressivas e coercitivas. No Rio Grande do Sul, lideranças comunitárias e confessionais de origem alemã, italiana, entre outras, foram presas, principalmente após 1942, com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão).

No tocante da estruturação do sistema de ensino no Rio Grande do Sul, a política de nacionalização estabeleceu múltiplos efeitos. Conforme Claudenir de Quadros,

assim, a nacionalização do ensino, ao mesmo tempo em que promoveu a visibilidade de tensões e conflitos sociais que penetraram nas escolas e que envolviam não menos complexas relações de poder, das quais participaram variados atores (governo,

---

<sup>2</sup> Um dos termos utilizados com frequência neste período para denominar imigrantes e descendentes.

militares, imprensa, instituições religiosas, comunidades, professores e estudantes), abriu um campo de possibilidade para a atuação do Estado no âmbito da escolarização no Rio Grande do Sul que, até então, estruturava-se de forma relativamente frágil, restringia-se a poucos atos administrativos e a incipientes iniciativas de aperfeiçoamento técnico e pedagógico do magistério (QUADROS, 2014, p. 138).

Na sequência deste trabalho, nos ateremos justamente a analisar as disputas de poder ocorridas dentro dos educandários, contemplando os fatos ocorridos em instituições do município de Novo Hamburgo, sobretudo na Escola Evangélica Oswaldo Cruz.

### **VERTICALIZANDO A ANÁLISE: ITINERÁRIO DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM NOVO HAMBURGO**

Em Novo Hamburgo, ocorreu em 1939 o fechamento da Escola Normal Católica, responsável pela formação de professores para atuarem nos educandários paroquiais existentes no Rio Grande do Sul. Em uma festividade que a Escola Normal Católica realizou em comemoração ao Dia do Colono, ocorrido em julho do referido ano, Coelho de Souza e outras autoridades estaduais e municipais, como o prefeito Odon Cavalcanti, são convidados para participarem dos festejos. O convite parte de Leopoldo Petry, presidente da Sociedade União Popular de Novo Hamburgo. Era diretor da Escola Normal o padre jesuíta Miguel Meier, S.J. Durante a cerimônia, um dos alunos teria proferido um discurso, que fora recebido por Coelho de Souza como demonstração de uma atitude contrária ao processo de nacionalização que vinha sendo implantado, muito mais próxima de um elogio *germanista*. Poucos dias depois, seria o momento do secretário de educação proferir palavras de indignação ao ocorrido na Escola Normal Católica de Hamburgo Velho, através dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

O arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, que nutria desconfianças e antipatias para com a Companhia de Jesus, aproveitou a oportunidade para impor seu poder e angariar credibilidade junto ao governo estadual, apoiando o fechamento da escola. No ano seguinte, Dom João Becker, representando a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, e Coelho de Souza, secretário de Educação, em nome no governo, assinam um acordo de cooperação mútua, na qual o arcebispo se comprometia em fiscalizar e intervir nas escolas que não cumprissem as diretrizes nacionalizadoras, apoiando assim a política do Estado Novo. Por outro lado, o governo estadual se comprometia em não intervir nas escolas católicas sem antes anunciar e

discutir tais ações ao arcebispo metropolitano. Acordos também foram estabelecidos pelas autoridades estaduais com outras igrejas, como a Metodista, Anglicana e o Sínodo de Missouri.<sup>3</sup>

Além da Escola Normal Católica, os evangélico-luteranos hamburguenses também estavam permanentemente sob vigilância dos observadores do Estado Novo. O principal foco dessa observação era a Fundação Evangélica, instituição educacional fundada em 1886, pelas irmãs Lina e Amália Engel, que desde 1895 estava sob responsabilidade do Sínodo Rio-grandense. Esse educandário se destacava por ser a principal escola de educação feminina confessional evangélico-luterana no Rio Grande do Sul, onde estudavam jovens das principais famílias da elite de origem alemã do estado, como Renner, Mentz, Trein, Noll, Oderich, entre outras. As principais acusações por parte das autoridades estaduais, entre elas o próprio secretário de Educação, Coelho de Souza, é de que as lideranças da escola dificultavam toda e qualquer iniciativa de nacionalização.

Além disso, eram constantes as acusações de que na escola havia doutrinação nazista, em boa parte através da atuação do pastor Wilhelm Pommer, então pároco da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e membro da diretoria da escola, que inclusive foi proibido de adentrar no ambiente escolar a partir de 1941, mesmo ano em que foi preso e conduzido para a Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho. O clima de instabilidade entre as lideranças da Fundação Evangélica e o governo estadual prosseguiu até 1943, quando, por conta das estratégias adotadas por Guilherme Becker, líder político e empresarial hamburguense, então presidente da sociedade mantenedora da escola, e Guilherme Frederico Rotermund, diretor do educandário, a visão negativa que as autoridades estadonovistas tem da escola é revertida.

## **ESCOLA EVANGÉLICA OSWALDO CRUZ: ESPAÇO DE DISPUTAS E DEMONSTRAÇÕES DE PODER**

Em Novo Hamburgo, outro educandário evangélico-luterano passaria, a partir de 1942, a ser alvo de autoridades, de maneira especial do prefeito Odon Cavalcanti: a Escola Evangélica

---

<sup>3</sup> Além dos evangélico-luteranos, vinculados ao Sínodo Rio-grandense, precisamos considerar também outros grupos de confissões diferentes, como os vinculados ao Sínodo de Missouri, chegados ao Brasil em 1900. Também podemos citar os participantes da Igreja Metodista, instalada no Rio Grande do Sul a partir de 1875, e a Igreja Anglicana, a partir de 1890.

Oswaldo Cruz. Por conta da escassez de documentos sobre a questão,<sup>4</sup> a principal fonte utilizada é o relato que se encontra na obra *Oswaldo Cruz 100 anos de história*, lançado em 1996, durante as comemorações do centenário de fundação da instituição.

O conflito entre Odon Cavalcanti e os membros da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, mantenedora da Escola Evangélica Oswaldo Cruz, teve início por conta da indicação de uma professora, parente do prefeito, para fazer parte do corpo docente da instituição, a qual não fora aceita pela comunidade. Segue-se ainda o fato de duas professoras, nomeadas diretamente pelo prefeito e remuneradas pelo governo municipal de Novo Hamburgo para atuarem na escola, terem deixado a função entre o final de 1941 e o início de 1942.

Por conta desses fatores, o pastor Theophil Dietschi, pároco da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo e pároco interino da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, substituindo o pastor Wilhelm Pommer, e Siegfried Dietschi,<sup>5</sup> diretor da Escola Evangélica Oswaldo Cruz, são convocados a participar de uma reunião com o prefeito Odon Cavalcanti e com o subprefeito do 1º Distrito de Novo Hamburgo, Antonio Paim Soares, no dia 02 de março de 1942. No decorrer do encontro, Odon Cavalcanti, além de questionar o problema envolvendo as professoras, acusa o pastor Theophil Dietschi de ser o responsável por a escola não querer mais aceitar a subvenção municipal, com o intuito de que não se descubram possíveis irregularidades, e, principalmente, doutrinação nazista. Pastor Theophil Dietschi afirma que a Escola Evangélica Oswaldo Cruz está seguindo todas as determinações decorrentes das leis de nacionalização, não havendo razões para o chefe do Executivo hamburguense levantar suspeitas. Afirmou que as obrigações da instituição eram para com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, responsável pela fiscalização do cumprimento das normas estão vigentes. Odon Cavalcanti, por seu turno, foi enfático ao afirmar que fazia questão que houvesse na escola uma professora de sua confiança pessoal, para saber realmente o que acontecia naquele

---

<sup>4</sup> Pelo fato de a Escola Oswaldo Cruz integrar, desde 1976, a Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH), grande parte de sua documentação fora transferida para a Fundação Evangélica. Grande parte da documentação das décadas de 1930 e 1940 foram destruídas por conta da falta de cuidados necessários para sua conservação.

<sup>5</sup> Siegfried Dietschi, nascido em Estrela, no ano de 1921, era filho do pastor Ernesto Dietschi, neto do também pastor Ernst Dietschi. Ernst e Theophil Dietschi eram filhos do pastor Johann Rudolf Dietschi, que chegou ao Brasil em 1873, residindo na localidade de Taquara do Mundo Novo (atual município de Taquara) onde permaneceu até 1900. Entre 1900 e 1919, atuou na Comunidade Evangélica de Sapiranga. Foi presidente do Sínodo Rio-grandense entre 1900 e 1906. Siegfried Dietschi foi diretor da Escola Evangélica Oswaldo Cruz entre 1942 e 1946; diretor do Ginásio Evangélico de Panambi/RS entre 1946 e 1950. Em 1950 assumiu como professor de Português no Colégio Sinodal e no Instituto Pré-Teológico em São Leopoldo. Faleceu em 1970, quando atuava como diretor do Colégio Humbolt, na cidade de São Paulo/RS. Informações consultadas em Portal Luteranos. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/textos/siegfried-dietschi-1921-1970>, acesso em 10/01/2016.

educandário. E mais, advertiu os presentes que “arrasaria a escola se soubesse que nela se falava uma só palavra em alemão”.

No mesmo dia da reunião, Odon Cavalcanti assina o decreto número 016/02, onde determina a exoneração da professora de Língua Portuguesa Ruth Ribas Borgato. No referido decreto, o argumento utilizado para a referida exoneração é que a Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo dispensou o auxílio que vinha sendo dado, com o fornecimento de professoras do município de Novo Hamburgo para atuarem na Escola Evangélica Oswaldo Cruz.<sup>6</sup>

Ainda como consequência da reunião dos representantes da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo e as autoridades da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, houve a determinação de que Júlio Aichinger, então presidente da comunidade, fosse destituído imediatamente do cargo. O motivo desta ordem: ele era de nacionalidade alemã.

Júlio Aichinger nasceu em Fellbach, no estado de Baden-Württemberg, Alemanha, em 1876. Chegou ao Brasil em 1891, radicando-se em Novo Hamburgo. Foi sócio da firma Lipp & Aichinger, juntamente com Antônio Roberto Lipp, que atuava no setor de materiais de construção. Júlio Aichinger naturalizou-se brasileiro ainda no final do século XIX. Atuou como presidente da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo por quase vinte anos, entre 1922 e 1942. Também participou de diversas gestões de diretorias da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, sendo cinco vezes presidente da entidade, assim como da Sociedade Atiradores de Novo Hamburgo. Faleceu no ano de 1945.

Mas a situação ocorrida com Júlio Aichinger abre espaço para um questionamento: se o argumento principal era sua nacionalidade alemã, por que também não ocorrera a ordem de afastamento da diretora do colégio católico Santa Catarina, Madre Maria Margarida Krause, que também possuía nacionalidade alemã? Neste caso, o fator explicativo está nas relações estabelecidas em nível local, assim como na conjuntura de proximidade entre a Igreja Católica e as autoridades do Estado Novo em âmbito federal e estadual. Localmente, havia fortes vínculos políticos e familiares que o prefeito Odon Cavalcanti possuía com expoentes líderes católicos de Novo Hamburgo, como Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Neto e membros da família de Pedro Adams Filho.

---

<sup>6</sup> Informação pesquisada em Seção de Legislação do Município de Novo Hamburgo/RS: Decreto Municipal nº. 016/02, de 02/03/1942. Disponível em: <http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7707&cdDiploma=194200162&NroLei=016/2&Word=&Word2=>, acesso em 10/01/2016.

No tocante sul-rio-grandense, o acordo cooperativo estabelecido entre o governo estadual e a Igreja Católica, através de seu principal líder, o arcebispo Dom João Becker, favoreceu com que religiosos de nacionalidade alemã ligadas ao catolicismo, desde que pautando sua atuação nas normativas do regime político brasileiro e da Cúria Metropolitana, não sofressem sanções como ocorrera com os evangélico-luteranos. Embora ocorressem, por exemplo, casos de prisões de líderes católicos, como o que envolvia o médico Wolfram Metzler, radicado em Novo Hamburgo, preso na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, em 1943. Wolfram Metzler foi um dos principais líderes integralistas no município. E na esfera federal, desde que Getúlio Vargas assumira o poder, em 1930, A Igreja Católica buscava se aproximar do governo federal, sem buscar uma vinculação mais direta, evitando que tivesse que se submeter novamente aos ditames governamentais, como ocorrera durante o período imperial. Mas essa aproximação, buscada pela Igreja Católica, visava exercer uma influência política na organização social e cultural do Brasil. Conforme Paulo Julião da Silva,

além do decreto sobre o ensino religioso facultativo em escolas públicas, vale ressaltar também que em 1931, o Estado deu pelo menos mais duas mostras que estava disposto a dialogar com a Igreja Católica com objetivo de manter uma relação política amistosa com a instituição. Uma delas foi o reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. A outra, foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor, na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro. Segundo Célio da Cunha (1989), a Igreja Católica viu nessas ações a oportunidade de fazer diversas reivindicações ao governo, sendo que algumas foram atendidas na Constituição de 1934 (como o casamento religioso com efeitos civis), e outras foram colocadas mais em prática no Estado Novo (como a perseguição de forma mais enfática aos comunistas) (SILVA, 2012, p.7).

Essas configurações relacionais em diferentes níveis, que se entrelaçam em determinados momentos, ajudam a explicar o favorecimento de um determinado grupo, neste caso, os católicos, e o distanciamento e ações mais incisivas para com outros, como fora com os evangélico-luteranos. Além disso, a Igreja Católica, através de autoridades eclesiásticas, como Dom João Becker e o cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo do Rio de Janeiro, e de intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima, passam a adotar um discurso fortemente nacionalista, enfatizando o combate ao comunismo e a necessidade de impedir a perpetuação de quistos étnicos dentro do país. Além disso, defendiam a necessidade de uma religião que, mesmo não vinculada ao Estado, colaborasse para uma unidade nacional. E o catolicismo era essa religião, por conta de sua cooperação e alinhamento com as ideias então vigentes. Para Euclides Marchi,

o governo do Estado Novo considerava que a religião não era matéria constitucional. Todavia, para o episcopado o documento constitucional já não era tão importante, porque as articulações com Vargas formalizavam e reafirmavam sua íntima relação com a Igreja. A liberdade de culto, indissolubilidade do casamento, ensino religioso entre outros, estavam preservados. Frente ao golpe, o Cardeal Leme manteve sua postura de não se opor à autoridade constituída e aceitou o novo regime (MARCHI, 2003, p. 225).

O conflito entre a direção da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, a Escola Oswaldo Cruz e o prefeito Odon Cavalcanti, é causado, em grande parte, por conta da tentativa das lideranças evangélico-luteranas vinculadas ao educandário, de se aproximar mais das autoridades educacionais do governo estadual, o que causa um desconforto político ao chefe do Executivo local, além de um desgaste dele perante o governo do Rio Grande do Sul. Embora seja reconhecido por suas ações de nacionalização, sobretudo as grandes demonstrações cívicas, como os desfiles da Semana da Pátria, nos quais as escolas católicas, como o Colégio Santa Catarina, eram destaque, inclusive em nível estadual, Odon Cavalcanti não conseguiu êxito na tentativa de implementar uma nacionalização plena em Novo Hamburgo. Além disso, ainda havia o caso das denúncias de reuniões nazistas que ocorreriam no município, reforçadas por conta do velório e sepultamento do médico Karl Schincke, denunciada como um *ritual nazista* e que resultou na prisão de 15 pessoas, entre elas o pároco da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e presidente da sociedade mantenedora da escola Fundação Evangélica, pastor Wilhelm Pommer. Esses elementos condicionavam um gradativo enfraquecimento do poder político do prefeito hamburguense.

Na Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti conseguiu que seu presidente fosse destituído. Para o lugar de Júlio Aichinger, assumiu o major Eugênio Henrique Bender.

Nascido no ano de 1881 em Hamburgo Velho, Eugênio Henrique Bender transferiu-se para o município de Lajeado. Lá dedicou-se também à política, sendo eleito conselheiro municipal, exercendo a presidência do referido Conselho entre 1920 e 1924.<sup>7</sup> Exerceu também o cargo de juiz de Paz do município e participou de atividades empresariais, como da Empresa de Navegação Fluvial do Alto Taquari e da Companhia de Navegação Arnt, assim como agente comercial do Banco Nacional do Comércio, na localidade de Cruzeiro do Sul, então distrito de

---

<sup>7</sup> Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado. Galeria de ex-Presidentes. Disponível em: [http://www.cmlajeado.rs.gov.br/?menu=camara&sub=galeria\\_de\\_ex\\_presidentes](http://www.cmlajeado.rs.gov.br/?menu=camara&sub=galeria_de_ex_presidentes), acesso em 05/01/2016.

Lajeado. Também foi sócio de empresas em Porto Alegre, como a Ferragens J. Ernesto Franzen & Cia., e de empresas em Novo Hamburgo, como a Fábrica de Alumínios Cruzeiro do Sul e a Companhia Esmaltados Riograndense. Ao retornar para Novo Hamburgo, em 1931, logo ingressa na política local, sendo indicado subprefeito de Novo Hamburgo entre 1932 e 1935. Era sobrinho do major Luiz Bender, natural de Hamburgo Velho, que ocupou o cargo de conselheiro no Conselho Municipal de São Leopoldo entre 1896 e 1916. Luiz Bender era sogro do coronel Guilherme Gaelzer Neto, intendente de São Leopoldo entre 1902 e 1916.

Porém Odon Cavalcanti não conseguiu a destituição de Siegfried Dietschi da direção da Escola Oswaldo Cruz. A manutenção do diretor frente ao educandário é garantida pela Secretaria Estadual de Educação. E, além disso, continuam os embates entre as lideranças da Fundação Evangélica e as autoridades do Estado Novo sobre a mudança na direção da instituição. Em setembro de 1942, o prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro solicita, de forma irrevogável, sua exoneração do cargo de chefe do Executivo Municipal de Novo Hamburgo. A exoneração é concedida. Em grande parte, esse pedido é decorrente do enfraquecimento de seu poder local e para evitar um desgaste ainda maior de sua imagem junto das autoridades estaduais e federais. Tanto que no ano seguinte, Odon Cavalcanti assume como diretor da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul. Em 1944, chega ao cargo de vice-presidente, no período em que Pompílio Cylon Fernandes da Rosa era presidente da entidade no estado. Com a indicação e posse de Cylon Rosa para o cargo de interventor federal do Rio Grande do Sul, entre fevereiro de 1946 e março de 1947, Odon Cavalcanti ocupou a presidência estadual do banco em 1947, quando passou novamente o cargo para Cylon Rosa.

## CONCLUSÃO

Este artigo buscou evidenciar os pormenores das relações e estratégias que permearam o ambiente político, confessional e social ocorridos em Novo Hamburgo e, em alguma medida, do próprio Rio Grande do Sul, durante o período de vigência do Estado Novo. Através da análise crítica das ações de católicos e evangélico-luteranos é possível mapear o panorama complexo desse período. Ao mesmo tempo, a escolha de instituições escolares como lócus para realizar esse procedimento analítico aponta para outras possibilidades de se avançar nos estudos da História Política e da História da Educação, assim como da História da Imigração.

Pensar o ambiente escolar como um local dinâmico e complexo, perpassado por diferentes camadas de relações sociais, interesses e ações individuais e coletivas, permite

vislumbrar uma amplitude de possibilidades de interpretações de diferentes períodos históricos e acontecimentos. E os fatos ocorridos na Escola Evangélica Oswaldo Cruz, em Novo Hamburgo, evidenciam isso, pois sinalizam como o meio institucional escolar pode ser um ambiente fortemente político e de disputas de diferentes níveis de poder e de interesses distintos.

Buscamos centralizar este artigo justamente nos conflitos sociais e nas disputas de poder que ocorreram no cerne dos ambientes escolares, tomando como local de análise educandários instalados no município de Novo Hamburgo, de forma mais aprofundada os casos deflagrados na Escola Evangélica Oswaldo Cruz. Uma ampliação da análise dos conflitos, por meio de estudos de caso, permite compreender mais eficazmente a dinâmica relacional do Estado Novo, contemplando também os atores em âmbito mais local, que também tiveram papel importante na implementação e na oposição às medidas nacionalizadoras. A historiografia, durante muito tempo, centrou seu foco nas esferas mais altas do poder e nos personagens mais conhecidos deste período. Porém, novas perspectivas historiográficas tem permitido vislumbrar outras percepções e narrativas sobre este conturbado e intrincado período histórico nacional.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

BOMENY, Helena M. B. *Três decretos e um ministério: A propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

DIJK, Teun A. Van. *Semiosis*. México: Universidad Veracruzana, 1980.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nacionalidade e cidadania**. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARCHI, Euclides. **Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação**. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade).

QUADROS, Claudemir de. **O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul**. In: QUADROS, Claudemir de (org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2011.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

ROSSOLILLO, Francesco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Nomes, laços e interesses: Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2016.

SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas*. Disponível em: [www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391)  
Acesso em 02 maio 2015.

SMITH, Anthony D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006.

SOUZA, José Pereira Coelho de. A educação no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1963.

\_\_\_\_\_. *Denúncia: o nazismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

SPERB, Dalila Clementina et. al. *Oswaldo Cruz. 100 anos de história*. Novo Hamburgo: [s.n], 1996.